

**VOZES DO BOLSA FAMÍLIA: A LIBERDADE E SUBJETIVIDADE  
DAS MULHERES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA AO  
DESENVOLVIMENTO****VOICES OF THE BOLSA FAMÍLIA: THE FREEDOM AND SUBJECTIVITY OF WOMEN FROM  
A CRITICAL PERSPECTIVE TO DEVELOPMENT**Francielle Benini Agne Tybusch<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

[francielleagne@gmail.com](mailto:francielleagne@gmail.com)Nathália Tavares de Souza Almeida<sup>2</sup>

Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Belém, PA, Brasil.

[ntavaresalmeida@gmail.com](mailto:ntavaresalmeida@gmail.com)Evilhane Jum Martins<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

[evilhane\\_martins@hotmail.com](mailto:evilhane_martins@hotmail.com)

**Resumo:** O presente artigo visa analisar o material coletado a partir de um referencial teórico diferente, pautado em teorias feministas e alternativas ao desenvolvimento com base na obra Vozes do Bolsa Família. Parte-se da seguinte problemática: É possível analisar o desenvolvimento sob o viés contra hegemônico desconsiderando os papéis da liberdade e subjetividades das mulheres? A fim de responder o presente questionamento, a metodologia empregada obedece ao trinômio: Teoria de Base/Abordagem, Procedimento e

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Direito pela Faculdade Palotina de Santa Maria (FAPAS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6158-399X>.

<sup>2</sup> Mestre em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário do Pará (CESUPA). Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4513825726597095>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9670-6363>.

<sup>3</sup> Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6766885622606424>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2239-2693>.

Técnica. Como Teoria de Base e Abordagem optou-se pela perspectiva sistêmica, utilizando-se autores com visão multidisciplinar e conectando áreas do saber como Antropologia, Direito e Sociologia. Os procedimentos elegidos foram a pesquisa bibliográfica e documental (em meios físicos e digitais). A técnica empregada foi a construção de fichamentos e resumos estendidos. Sendo assim, para pensar uma perspectiva diferente é necessário encarar de frente a problemática. A opressão causada pelo desenvolvimentismo do sistema econômico hegemônico reproduz um discurso colonialista, racista, patriarcal e classista e sem abordar a questão a partir desse reconhecimento não se consegue avançar no debate nem pensar novos caminhos.

**Palavras-chave:** Feminismo. Igualdade de gênero. Desenvolvimento.

**Abstract:** This article aims to analyze the material collected from a different theoretical framework, based on feminist theories and alternatives to development based on Voices of the Bolsa Familia. The following problem arises: Is it possible to analyze development under the anti-hegemonic bias, disregarding the roles of women's freedom and subjectivities? In order to answer the present question, the methodology used obeys the trinomial: Theory of Basis / Approach, Procedure and Technique. As Base and Approach Theory, we opted for a systemic perspective, using authors with a multidisciplinary view and connecting areas of knowledge such as Anthropology, Law and Sociology. The chosen procedures were the bibliographical and documentary research (in physical and digital media). The technique used was the construction of extended abstracts and files. Therefore, to think a different perspective it is necessary to face the problematic face. The oppression caused by the developmentalism of the hegemonic economic system reproduces a colonialist, racist, patriarchal and classist discourse and without addressing the question from this recognition one can not advance in the debate or think new ways.

**Keywords:** Feminism. Gender equality. Development.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o material coletado na obra *Vozes do Bolsa Família* a partir de um referencial teórico diferente, com base em teorias feministas e alternativas ao desenvolvimento. Desse modo, busca discutir a pobreza e sujeição feminina a partir da sua real raiz: o sistema capitalista patriarcal e o modelo de crescimento econômico. O discurso desenvolvimentista nada mais é do que a reprodução do pensamento colonial, de modo que sem uma ruptura, as colônias (sejam os “países de terceiro mundo” ou as mulheres) não podem ter autonomia e continuarão a ser violadas em seus direitos e recursos.

Os países do chamado Norte<sup>4</sup> têm seu padrão de vida sustentado às custas da exploração dos países do Sul. Os privilégios daqueles povos se mantêm a base da extirpação da cultura e direitos destes. Ademais, o sistema capitalista hierarquiza relações e pessoas em prol da acumulação de bens e tem na sua base a opressão. As forças globais dominantes do patriarcado capitalista se reproduzem não somente na dominação Norte-Sul, mas também no controle masculino sobre a mulher.

Há muito fora prometido que o desenvolvimento iria erradicar a pobreza no mundo, contudo, junto com a promessa só o que chegou foram danos socioambientais, os quais atingem sobremaneira os pobres, e primeiramente são suportados na carne pelas mulheres – e nelas depositadas as cargas de trabalho doméstico e produtivo – sendo também marginalizadas e encaminhadas a pobreza.

Discutir os problemas sociais sem analisar luta de classes e gênero é o caminho sem volta para a perpetuação da crise. O discurso desenvolvimentista<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>Ao discorrer acerca das Epistemologias do Sul, Santos demonstra a diferença crucial entre o Norte e o Sul: definidos assim de acordo com a perspectiva social, não levando em conta tão somente os aspectos geográficos: Desde mi punto de vista, las Epistemología del Sur son el reclamo de nuevos procesos de producción, de valorización de conocimientos válidos, científicos y no científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido, de manera sistemática, destrucción, opresión y discriminación causadas por el capitalismo, el colonialismo y todas las naturalizaciones de la desigualdad en las que se han desdoblado; el valor de cambio, la propiedad individual de la tierra, el sacrificio de la madre tierra, el racismo, al sexismo, el individualismo, lo material por encima de lo espiritual y todos los demás monocultivos de la mente y de la sociedad –económicos, políticos y culturales– que intentan bloquear la imaginación emancipadora y sacrificar las alternativas. En este sentido, son un conjunto de epistemologías, no una sola, que parte de esta premisa, y de un Sur que no es geográfico, sino metafórico: el Sur antiimperial. Es la metáfora del sufrimiento sistemático producido por el capitalismo y el colonialismo, así como por otras formas que se han apoyado en ellos como, por ejemplo, el patriarcado. Es también el Sur que existe en el Norte, lo que antes llamábamos el tercer mundo interior o cuarto mundo: los grupos oprimidos, marginados, de Europa y Norteamérica. También existe un Norte global en el Sur; son las elites locales que se benefician del capitalismo global. Por eso hablamos de un Sur antiimperial. Es importante que observemos la perspectiva de las Epistemologías del Sur desde este punto de partida (SANTOS, 2011, p. 16)

<sup>5</sup>Nesses caminhos, a falácia da nacionalização dos Estados latino-americanos mascara o eurocentrismo impregnado nas relações sociais, políticas e culturais da sociedade latina, além de perpetuar a relação desigual entre raças e modos de vida por meio da dualidade permanente entre padrão europeu e não europeu e pela reprodução do colonialismo internamente, as sociedades colonizadas sustentam uma estrutura de poder que permite a sedimentação do processo de colonialidade em um círculo vicioso que assevera constantemente o caráter de dependência a que a América Latina se submete. Diante desse quadro, restaram prejudicadas todas as formas de reconhecimento próprio de cultura e identidade latino-americanas em virtude da

entre outros foi construído como instrumento de dominação e controle subjugando outros saberes e culturas que estivessem à margem do modelo hegemônico.

O presente trabalho utiliza os dados coletados na pesquisa exposta na obra *Vozes do Bolsa Família*, de modo a analisar de forma crítica as entrevistas a partir de um diferente referencial teórico. Parte-se da seguinte problemática: É possível analisar o desenvolvimento sob o viés contra hegemônico desconsiderando os papéis da liberdade e subjetividades das mulheres?

A fim de responder o presente questionamento, a metodologia empregada obedece ao trinômio: Teoria de Base/Abordagem, Procedimento e Técnica. Como Teoria de Base e Abordagem optou-se pela perspectiva sistêmica, utilizando-se autores com visão multidisciplinar e conectando ares do saber como Antropologia, Direito e Sociologia. Os procedimentos elegidos foram a pesquisa bibliográfica e documental (em meios físicos e digitais). A técnica empregada foi a construção de fichamentos e resumos estendidos.

Nas seções seguintes, pretende-se analisar como a crítica feminista contribui para investigação do discurso hegemônico que se disfarça na promessa de desenvolvimento, primeiramente analisando como este pode negligenciar as mulheres e velar as relações de poder que se reproduzem no modo de produção capitalista, de forma a esclarecer como o modelo do crescimento econômico precariza as relações humanas e afeta em primeiro lugar as mulheres.

## **2 O MODELO DE MODERNIDADE E O FUTURO DAS MULHERES**

A globalização e o ideal de desenvolvimento habitam o imaginário de todos. Contudo, as políticas de desenvolvimento até hoje implantadas nos países subdesenvolvidos foram importados e refletem um padrão de vida eurocêntrico aos quais supostamente os demais países deveriam alçar. O

---

submissão que atrela a América Latina a ditames pós-coloniais reveladores do surgimento do processo de colonialidade. Por conseguinte, imposições técnico-discursivas fazem com que os parâmetros eurocêntricos e aqueles provenientes de uma racionalidade puramente econômica – característica própria dos países desenvolvidos – sejam capazes de difundir uma visão única e reducionista da ideia de desenvolvimento, privilegiando a economia das relações sociojurídicas e a unicidade do saber (MARTINS, 2018, p. 69)

modelo desenvolvimentista sugere que o caminho a ser trilhado para se desenvolver os países subdesenvolvidos do Sul seria aderir a industrialização.

Essa trajetória é vendida como lógica e automática pelos países dominantes, porém olvida que

Se a globalização de fato desaguasse na globalidade não haveria por que gastar esforço com modelos possíveis de desenvolvimento. Só haveria um: o modelo do mercado livre, baseado na propriedade privada, nos interesses individuais e nas regras sociais da equalização mediante o engenhoso (e penetrante, segundo Harold Innis) efeito do sistema de preços (ALTVATER, 1997, p.5).

O binômio Norte-Sul é visto como uma linha de evolução, do maior para menor. Olvida, contudo, que a abundância desfrutada dos países do Norte foi obtida através da exploração dos demais países colônia, e o “subdesenvolvimento” destes tem relação direta com essa opressão exercida sobre eles. Os países subdesenvolvidos muitas vezes vistos como “atrasados” não o são devido a um processo natural. E, hoje, ainda se faz essa reprodução da mesma relação colonial que se reveste e se reinventa em outras formas de dominação.

o chamado desenvolvimento (Vandana Shiva chama-lhe mau desenvolvimento) não é um processo evolucionário de um estágio inferior para um superior, é antes um processo polarizador em que alguns ficam cada vez mais ricos porque tornam outros cada vez mais pobres. (...) A riqueza que não para de aumentar nos países ricos, num mundo limitado, é feita à custa do que eu continuo a chamar de colônias: a natureza, a mulher, o (chamado) “terceiro mundo” ou o “Sul” (MIES, 1993, p. 330)

Alcançar a economia e o padrão de vida dos países do Norte é o grande atrativo e propaganda do crescimento econômico. Nessa perspectiva, Maria Mies leciona que esta via de desenvolvimento *catching up* é um mito contado por quem está no topo. É contada uma história que propõe antinomias:

Este mito baseia-se na compreensão evolucionária e linear da história. Neste conceito da história o pico da evolução já foi atingido por alguns, nomeadamente, os homens em geral, os Brancos em particular, os países industriais e os centros urbanos. Os “outros” – as mulheres, os indivíduos de cor, os países “subdesenvolvidos”, os camponeses – também podem atingir este pico com um pouco mais de esforço, mais formação, mais “desenvolvimento”. O processo tecnológico é visto como a força condutora deste processo evolucionário. (MIES, 1993, p. 78)

A autora chama atenção que a mesma relação colonial que outrora existia entre as metrópoles e suas periferias subdesenvolvidas podem ser

comparadas ao que hoje existe entre o homem e a natureza, entre os homens e as mulheres, entre as áreas urbanas e as rurais. Nessas relações se reproduzem o pensamento colonial e para mantê-las “é essencial o uso da força e da violência” (MIES, 1993, p. 78).

Por sua vez, o pensamento colonial é algo reproduzido pelos corpos colonizados e essa aceitação é necessária para que se mantenha. O que acompanha a “aceitação de valores, estilo de vida e padrão de vida ‘dos que estão no topo’ é invariavelmente (...) desvalorização dos seus próprios valores: a cultura, o trabalho, a tecnologia, o estilo de vida” (MIES, 1993, p. 79).

Como forma de reverter crises cíclicas e aparar as arestas de modo a manter o *status quo*, o capitalismo percebe o discurso mais agradável e tenta integrá-lo. Desse modo, entra em pauta como incorporar as mulheres como agentes econômicos,

O raciocínio era que, se elas tinham ficado à margem do desenvolvimento, era preciso integrá-las ao processo, para resolver questões tanto de justiça social como de ciência econômica no combate à pobreza, já que as mulheres representavam metade da população. As propostas colocavam ênfase no incremento do papel produtivo das mulheres, apoiando projetos que gerassem renda (mediante capacitação, treinamento, crédito), mas levando em consideração as limitações dadas por seu envolvimento nas atividades domésticas e de cuidado com os filhos. O desenvolvimento, em geral, era pensado então como um processo linear e benigno de crescimento econômico, impulsionado pelo incremento de projetos produtivos geradores de renda. (SILIPRANDI, 2015, p. 55)

Entretanto, não basta simplesmente a tentativa de inserí-las no sistema vez que o próprio modo de produção capitalista é machista e excludente, e produz a desigualdade que se intenta combater

A essas políticas de “integração” das mulheres contrapunham-se outras posições, que viam vários problemas na aceitação acrítica dos paradigmas de modernização que estavam na base das políticas de desenvolvimento: em primeiro lugar, porque somente o acesso à educação, a empregos ou a tecnologias modernas não seria suficiente para enfrentar os preconceitos e as iniquidades a que as mulheres eram submetidas; em segundo lugar, porque essas posições aceitavam a divisão sexual do trabalho como um dado, sem problematizá-la; e ainda porque essas propostas não davam o devido valor para o fato de que as mulheres sempre haviam desempenhado papéis produtivos e reprodutivos ao longo da história; ao não reconhecer isso, essas propostas contribuíam para reforçar uma visão incompleta, desvalorizadora (e, portanto, sexista) do papel das mulheres no desenvolvimento. (SILIPRANDI, 2015, p. 56)

Ressalta-se que os mesmos países não se guiam por esse modelo para obter bem-estar da própria população, pois reconhecem que o crescimento econômico importa em prejuízos ambientais e sociais, não sendo, portanto, a estratégia utilizada por eles próprios que exportam seus malefícios para os países do Sul. Tentar se equiparar a eles por meio do desenvolvimento além de impossível não é desejável. Na tentativa de “correr atrás”, a colônia estará sempre uma etapa menos desenvolvida e entrará no esforço eterno de querer se equiparar, ou seja, estará sempre um passo atrás e sempre tentando alcançar por se sentir atrasado.

Não é desejável, pois o nível de consumo dessas sociedades não se sustenta em um planeta de recursos finitos, daí a se universalizar esse padrão é tanto impraticável como não é um padrão sustentável a se seguir. O modelo de crescimento econômico pautado nesta ordem colonial global cria e se retroalimenta das distorções geradas, contudo, com base nos binômios existentes deixa a falsa ideia a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável e expressões como países em desenvolvimento e norte/sul que os países pobres poderiam chegar ao mesmo padrão.

Mies afirma ainda que quanto mais esforço em prol do aumento do PIB mais se deteriora a qualidade de vida da população, havendo uma relação inversa entre eles. E exemplifica:

Fazer comida tornou-se um serviço, uma mercadoria. Se as pessoas comprarem cada vez mais esta mercadoria, o PIB cresce. Mas o que também cresce simultaneamente é a erosão da comunidade, o isolamento e a solidão dos indivíduos, a indiferença e a atomização da comunidade. (MIES, 1993, p. 85)

Mies (1993, p. 85) assevera ainda que, “todo o dinheiro da riqueza do Koweit não pode comprar o sol, o ar puro ou a água limpa para a população. A escassez dos bens comuns necessários à sobrevivência afeta pobres e ricos, mas tem maior impacto sobre os pobres”. Nas colônias e em sua exploração é onde reside a chave para a manutenção do atual sistema, sendo imprescindível para sua expansão:

o sistema de mercado mundial dominante, orientado para o crescimento e o lucro infinitos, não pode ser mantido a menos que consiga explorar as colônias exteriores e interiores: a natureza, as mulheres e as outras pessoas, mas também necessita dos indivíduos como consumidores que nunca digam: “BASTA!” (MIES, 1993, p. 86).

Os conflitos causados nesse processo de expansão e exploração tem nas mulheres um efeito muito perverso. Alvos comuns das ondas de nacionalismo ou fundamentalismo que ressurgem em épocas de crise, são sempre expostas as visões patriarcais que tentam controlar seu corpo e vontades. Sob essa perspectiva, “o mito do desenvolvimento *catching up*, deste modo, conduz de fato à posterior destruição do ambiente, à posterior exploração do “terceiro mundo”, à posterior violência contra as mulheres” (MIES, 1993, p. 88).

a continuação do modelo de crescimento industrial só pode levar à contínua destruição ecológica e a maior desigualdade e a mais acentuada pobreza. As primeiras a serem afetadas serão as mulheres e as crianças. Se tal deve ser evitado o objetivo é colocar “as mulheres e as crianças em primeiro lugar” num sentido diferente e benéfico; em seguida, o modelo industrial de crescimento orientado para o mercado mundial e para o lucro deve ser transcendido. Esta transcendência, como demonstrou convincentemente Vandana Shiva, é uma questão de sobrevivência para as mulheres e crianças nos países e regiões pobres. (MIES, 1993, p. 331)

O sistema econômico baseado no crescimento constante e pautado na acumulação de bens da sociedade industrial moderna tenta se legitimar através de um discurso atraente que para a massa consumidora faz parecer não haver alternativa. Esse sistema se pauta nessa crença da trajetória do desenvolvimento e crescimento econômico exponencial para conseguir perdurar e prosseguir com a exploração.

Pressuposto de que não há limites para os recursos do nosso planeta, nem para o progresso tecnológico, nem para o espaço, nem para o crescimento. Mas como na verdade, habitamos um mundo limitado, este ilimite é mítico e só pode ser sustentado por divisões coloniais: entre centros e periferias, homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, sociedades “atrasadas”, “tradicionais”, “subdesenvolvidas” do Sul. A relação entre estas partes é hierárquica e não igualitária, caracterizada pela exploração, pela opressão e pela dominação. (MIES, 1993, p. 81)

A relação patriarcal homem-mulher não será rompida em prol de direitos iguais entre os gêneros dentro do sistema capitalista. No raciocínio de Mies:

Todos estes direitos dependem da posse de propriedade e de dinheiro. A liberdade é a daqueles que têm dinheiro. A igualdade é a do dinheiro. A autodeterminação é a liberdade de escolha no supermercado. Esta liberdade, igualdade, autodeterminação, estão sempre dependentes dos que controlam o dinheiro/propriedade. E nas sociedades e nações industrializadas são principalmente os maridos ou

o estado capitalista. (...) e mesmo se tiverem dinheiro, nada dizem quanto ao seu valor de mercado. (MIES, 1993, p. 90)

Quando essa análise abre para uma escala global, percebe-se que algumas são “mais iguais que as outras”, justamente a partir da perspectiva hegemônica do desenvolvimento. A autora preleciona que “enquanto as mulheres da Ásia, África ou América Latina são forçadas a trabalhar por muito menos dinheiro do que as dos países abastados pode haver uma acumulação suficiente de capital nos países ricos...”, promovendo a partir daí a possibilidade de “até as mulheres desempregadas terem um rendimento mínimo garantido; mas nem todas as mulheres desempregadas do mundo podem esperar isto” (MIES, 1993, p. 91).

As mulheres são colonizadas como forma de sustentação do capitalismo e do Estado moderno que controlam a sua sexualidade, fertilidade e força de trabalho. E, assim, a mulher passa a ser mais um território ocupado por homens brancos.

### **3 AUTONOMIA DAS MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

A libertação dos poderes sociais patriarcais passa primeiro pelo reconhecimento das estruturas de opressão. Não se pode aguardar que de forma natural as forças do mercado tenham impacto positivo e resolvam interesses antagônicos e apazigue conflitos. Como já se falou o mito do desenvolvimento *catching up* traz mais problemas a nível externo e interno e não será raciocinando através de PIB e acumulação de capital que serão solucionados. Nesse sentido:

Quando as feministas do Ocidente exigem autodeterminação reprodutiva para todas as mulheres, sem ao mesmo tempo atacarem a ordem econômica mundial exploradora, da qual elas próprias tiram proveito, então esta exigência está no mesmo nível da exigência de Ronald Reagan por direitos humanos numa altura em que os Estados Unidos da América apoiavam ditaduras militares no Terceiro Mundo (MIES, 1993, p. 287).

No Brasil, aos vários problemas que se tem para implementar políticas públicas para erradicação da pobreza se soma a hostilidade e preconceito elitista da opinião pública e estereótipos que vem de uma classe média, que do alto do seu privilégio entendem por dizer que programas como bolsa família

são uma esmola governamental e que se trata de uma política paternalista, ignorando os benefícios e a mudança na subjetividade das mulheres que o recebem.

A ausência de Estado na concessão e garantia de direitos conforma a situação de pessoas sem direito a terem direitos. Com isto, o Estado brasileiro decretou sua *morte civil*. Estas pessoas, portanto, foram emudecidas porque seu direito a voz pública não existe, uma vez que são desprovidas também de seus direitos civis básicos, e, por esta razão, não possuem condições e nem canais institucionais de expressão. São milhões de brasileiros com escolaridade praticamente ausente, destituídos de qualificações e habilitações para qualquer tipo de emprego que exija, por exemplo, escrita e leitura bem como capacidade de obedecer a certos comandos mais qualificados. Isto, de per si, coloca em questão a natureza do crescimento econômico desprovido de projeto democrático substantivo. Neste caso, a permanência da pobreza em níveis tão altos evidencia, ou melhor, aponta sua insuficiência profunda como modo de inclusão dos habitantes de um país no mundo dos direitos e da herança civilizatória da humanidade. (REGO; PINZANI, 2013b, p. 23)

Os beneficiários que geralmente acumulam carências e não recebem do Estado prestação de serviços básicos como educação, saúde e moradia tem a sua situação agravada com a ausência de trabalho e renda fixa, bem como o analfabetismo. Outros fatores são integrados quando se fala de mulheres em situação de extrema pobreza pois se adiciona a conta discriminação de gênero, por exemplo.

Aqui já começa a se delinear um ciclo vicioso, pois se existe um abandono estatal, esses indivíduos geralmente não vão ter educação ou formação profissional e conseqüentemente vão precisar se submeter a atividades mal remuneradas e não qualificadas e não conseguem sair desse ciclo. Por sua vez, isto vai refletir na ausência de perspectiva de mudança e as pessoas sentem que estão destinadas a nascer e morrer na mesma situação. Justamente por parecer engessada se gera um sentimento de resignação e, como pode ser observado nos depoimentos, isso as torna ainda mais suscetíveis a exploração.

Após cinco anos de entrevistas e andanças por algumas das regiões mais pobres do Brasil, e, tradicionalmente, mais desassistidas pelo Estado brasileiro, pode-se afirmar que o programa produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias da Bolsa Família. Uma dessas mudanças é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, a espera resignada da morte por fome e por doenças

ligadas a ela, drama este constante neste universo geográfico. (REGO; PINZANI, 2013b, p. 26)

Desse modo, a cultura de resignação de ver essa situação como natural e inevitável e apenas esperar a morte é presente no depoimento das mulheres que não tem mais sentido no seu próprio futuro. Retrato feito na literatura de forma brilhante por Clarice Lispector e Graciliano Ramos, me parece que quando há essa falta de esperança na própria vida não se tem mais muito o que viver.

No livro Vozes do Bolsa Família, pode-se observar nos relatos que as mulheres ainda pensam que talvez os filhos tenham alguma oportunidade, mas para si não tem nenhuma perspectiva de melhora. Esse é um aspecto que os autores se convencem então que estão entre as mudanças significativas que o programa bolsa família tem: o início da superação da cultura de resignação, essa mera espera pela doença e morte aceitando-se o destino que recebeu. (REGO; PINZANI, 2013a, p. 198).

O texto fala da relação entre dinheiro e autonomia, pra muitos o bolsa é o único rendimento monetário percebido ou o único regular, pra muitos a primeira experiência desse tipo e os autores entendem que a renda em forma de dinheiro é uma condição real de início de processo de libertação, libertando a pessoa de relações privadas opressoras e controles sociais de sua intimidade (REGO; PINZANI, 2013a, p. 199).

Observa-se nos relatos por vezes são considerados mais valiosos do que a própria renda: as boas condições de trabalho, poder escolher o trabalho, não ser explorado, ter sentido na vida e trabalho, enfim, são perspectivas que ultrapassam a mera análise de renda insuficiente ou ausente ainda que esta seja considerada como uma saída da miséria.

A primeira coisa que os autores destacam para analisar a pobreza no caso do Brasil é a tradição escravocrata que apesar da abolição não se percebe uma ruptura, mas apenas uma abolição formal. A reprodução do racismo tanto pela sociedade civil como pelo próprio Estado é diária e nítida. Somada a concentração de renda dá-se origem a uma cultura de submissão e exploração presentes hoje apesar da democratização do país. Nesse sentido,

As vezes as causas do sofrimento humano não são observáveis e identificáveis imediatamente. Elas podem encontrar-se num passado longínquo, a tal ponto que a questão da responsabilidade pelo sofrimento fica sem resposta. Ou podem estar profundamente enraizadas na estrutura de uma sociedade (como no caso da escravidão do

Brasil). Nesses casos se pode afirmar que o sofrimento foi institucionalizado. (REGO; PINZANI, 2013a, P. 52)

A obra ainda relembra que o crescimento econômico não significa melhoria de vida já que no Brasil os dados mostram que a desigualdade e a exploração só aumentaram. Outro ponto que é muito importante no texto é que ele chama atenção para tentativa de naturalizar a pobreza no Brasil e tratá-lo como se fosse um fenômeno natural e imutável. Outrossim,

No âmbito do discurso que responsabiliza o pobre pela sua miséria, condena-se a irracionalidade do pobre pela sua miséria, condena-se a irracionalidade do pobre, quer no uso do dinheiro(...) quer nas práticas sexuais (...) O sofrimento social é naturalizado, ou remetendo-se à natureza individual (as características do indivíduo em questão o levam a ser pobre: ele é fraco, é uma criança, é um idoso, é doente, tem deficiências etc.), ou apelando-se para leis econômicas que são apresentadas como sendo leis naturais, imutáveis e independentes da ação humana. (REGO; PINZANI, 2013a, P. 52)

A violência se reproduz de forma diária contra mulheres, negros, pobres, mas ainda assim nega-se o racismo, o machismo que são observados nas instituições e se tenta explicar os problemas que existem sem extirpar a própria raiz da violência.

Jessé Souza (2009) chama atenção a uma questão que ele explica ser comum no país que é a naturalização da desigualdade, na qual a sociedade brasileira aceita a desumanização das pessoas como se houvesse gente e subgente, ou seja, uma parcela da população menos humana (REGO; PINZANI, 2013, p. 166). Assim, segundo o autor,

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los. (SOUZA, 2009, p, 24)

Por isso, importa repetir que as situações presenciadas nas entrevistas não são uma consequência natural, pois as carências que essas pessoas passam são em função do Estado não ter garantido o direito a vida digna, e se trata de algo que fora produzido pelas escolhas políticas das classes dominantes e pelo sistema hegemônico.

Uma passagem emblemática do livro é o retrato de pessoas que caçam para sobreviver. A partir do relato de muitas mulheres da região de Maragogi, vê-se os processos da pobreza e do subdesenvolvimento sentido na carne dessas mulheres. Outrossim, para muitas, cada dia se vive em prol de saciar necessidades elementares como a alimentação, não há nada além, apenas a sobrevivência. E o que resta é aguardar o momento efêmero da morte seja por inanição ou por alguma doença que lhe acometa. Esse quadro que os autores comparam a animais, pois para eles remete ao que Hanna Arendt chamou de *povos sem estado*, como se houvesse a própria expulsão da humanidade dessas pessoas, e assim, são pessoas sem direito a ter direitos (REGO; PINZANI, 2013a, p. 167).

Nesse contexto, quem se preocupa com conceitos como liberdade? Quem se preocupa com a emancipação? Nessa situação, em que momento os direitos da mulher passam a ser motivação de alguma escolha? Que escolha?

Boaventura de Sousa Santos (2007) afirma que a emancipação representa uma construção a partir de uma nova relação entre o respeito da igualdade e o princípio do reconhecimento da diferença. Já para Barbero (2006), a emancipação humana implica em se utilizar da técnica como facilitador do combate à causa essencial da desagregação dos seres humanos, de forma que as novas formas de interação produzidas pela tecnologia podem ser utilizadas como ferramentas para a efetivação da emancipação.

Boaventura de Sousa Santos propõe uma desconstrução crítica desses conceitos, sugere novas formas de reconstrução de um vocabulário e de instrumentos emancipatórios para a invenção de novas cidadanias. E fala de uma nova teoria da emancipação que parte de uma ideia de um ponto de vista político, abrangente e aprofundado por uma nova teoria democrática (AGNE TYBUSCH, 2016, p. 70). Assim,

Uma tal concepção da emancipação implica a criação de um novo senso comum político. A conversão de diferenciação do político no modo privilegiado de estruturação e diferenciação da prática social tem como corolário a descentração relativa do Estado e do princípio do Estado. A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos (SANTOS, 1995, p. 277-278).

Nas regiões visitadas, o quadro delineado era de pessoas sem escolaridade, sem saber ler ou escrever, sem qualificação para empregos

formais o que impedia - algo comum apontado em vários relatos – aquelas pessoas de conseguir nas empresas e nos hotéis nos arredores emprego, já que eles exigem uma qualificação que as pessoas que moram nas redondezas não têm. Desse modo, isso para os autores – conclusão com a qual concordamos - demonstra como o crescimento é insuficiente para incluir as pessoas no mundo dos direitos e mostra a natureza excludente dos mecanismos de mercado e como que as engrenagens do capitalismo só produzem e reproduzem a desigualdade social econômica e política e injustiça.

Então, assumindo que quando se fala de desenvolvimento se fala necessariamente de inclusão e não exclusão, vê-se que esse modelo “tenta” e falha. Para a expansão de liberdades necessita-se mais redistribuição de renda e não produção de riqueza, bem como é preciso que haja profundas transformações das estruturas econômicas e sociais devendo ser ainda levado em conta a realidade local.

Na nossa história os modelos implementados foram importados e são de modo geral eurocêntricos e não levam em consideração a realidade dos países latino americanos o que reflete ainda a reprodução do pensamento colonial.

Na obra percebe-se ainda como as carências, causas e consequências da pobreza que acometem as regiões visitadas são interrelacionadas. Por exemplo, a má nutrição tem consequências no aprendizado e concentração, ou seja, tem um impacto direto e repercute no seu capital escolar.

O acesso nulo ou irregular a renda derivante de um trabalho regular não significa apenas a falta de renda fixa mas vai importar em sentimentos de humilhação, resignação, baixa auto-estima – que trazem outros problemas de saúde física e mental – e esse ponto fica claro em quase todas as falas. As entrevistadas e os maridos estavam na sua grande maioria desempregados, e essa situação de desemprego crônico no caso das mulheres é agravado por estarem inseridas numa sociedade patriarcalista. A maioria delas nunca teve emprego, casaram cedo e tiveram filhos também muito cedo.

Na obra, são também presentes inúmeros relatos de exploração que essas pessoas passam, muitos inimagináveis e pavorosos. As condições de vida e trabalham que tem que suportar para sobreviver são de fato desumanas e sem a intervenção estatal esse ponto fica longe de ter solução porque aqui é preciso educar, treinar os indivíduos e pensar em formas de trabalho mais

próximas a cultura local, como os autores dão os exemplos de experiência comunitária ligadas a saberes artesanais tradicionais.

Os autores destacam ainda que esses preconceitos e estereótipos que são reproduzidos contra os pobres e mulheres pobres faz parte da própria estratégia de dominação:

A falta de qualificação vem acompanhada da triste consciência, baseada em suas experiências pessoais, de como é difícil e penoso, sobretudo para as mulheres, buscar trabalho e dedicar-se a ele. No entanto, a produção de preconceitos e estereótipos contra os pobres e, em especial, contra a mulher pobre não cessa de ocorrer; aliás, é parte constitutiva das estratégias de dominação política, cultural e social bastante analisada pela sociologia e pelas teorias feministas (REGO; PINZANI, 2013a, p. 185)

O trabalho infantil e o abandono escolar são ponto crucial que demonstram a relevância de programas como o bolsa família, até mesmo por exigirem essa contrapartida. São diversos os casos de pessoas que param de estudar porque precisam trabalhar dentro ou fora de casa, e várias entrevistadas falaram ter passado por isso, e como desejariam ter continuado os estudos, e relataram esse fato com muito pesar (REGO; PINZANI, 2013a, p. 186).

Com a perpetuação do analfabetismo não há perspectiva de se sair da miséria por meio da educação (REGO; PINZANI, 2013a, p. 186). Nesse aspecto, os autores destacam a relevância dos poderes locais na promoção de educação básica e do papel da educação como meio de quebrar a cultura de resignação, já que através dela se tem contato com outras realidades e se passa a imaginar outra vida possível.

Outro ponto que tem direta relação com a dominação da mulher e do seu corpo é a alta natalidade. Numa sociedade patriarcalista, a mulher não tem soberania sobre o seu corpo e, segundo os autores, somado a isso existem religiões que condenam o controle de natalidade (REGO; PINZANI, 2013a, p. 187). Enfim, existe um contexto que não permite que haja a livre escolha da mulher em relação a maternidade. Ademais, nos depoimentos se via que a opressão conjugal era comum e que a própria violência doméstica era tratada com certa naturalidade.

A vergonha que essas mulheres sentem é um dos principais aspectos presentes nos relatos (REGO; PINZANI, 2013a, p. 192), seja por não poder receber os pesquisadores com mobília ou por outro motivo, o sentimento de

vergonha e baixa auto-estima estão nos gestos e na fala tanto das mulheres como dos maridos. As pessoas se sentem culpadas pela situação como se pudessem fazer algo contra falta de educação ou empregos estruturais, causados por um sistema que tem uma dimensão muito maior do que se vislumbra e que não se desarticula com a iniciativa individual apenas.

Um dos pontos que merece destaque na reflexão dos autores é a sua ponderação ao observar que assim como os trabalhos ali são temporários e precários há no mesmo sentido um reflexo nos outros aspectos da vida, havendo, portanto, vínculos e sentimentos precários, bem como relações sociais provisórias (REGO; PINZANI, 2013a, p. 192). Uma reflexão que raramente nos damos trabalho de pensar no impacto que aquele viver pode ter no âmago do sentimento humano. Afinal, somos feitos da mesma matéria e nos alimentamos não apenas do mundo físico, tendo assim aquele modo de vida desumano consequências muito mais intensas do que se pode observar na pele.

Outra questão que aparece várias vezes é o alcoolismo que apesar de ser uma doença, é tratado naquele contexto como uma escolha, e visto como se fosse uma falha moral (REGO; PINZANI, 2013a, p. 193). Se trata, pois, de mais uma situação desmoralizante e vexatória que se acumula as demais que as pessoas naquele quadro precisam enfrentar e que desumaniza as pessoas – que é uma característica comum a essas situações postas pela pobreza: desumanizar as pessoas.

A cultura machista ensina a submissão feminina, no caso de mulheres pobres que tem ali arraigadas na sua tradição essa dependência é naturalizada como se houvesse de fato uma obrigação. Esses processos naturalizados dificultam mudar o imaginário e o bolsa família tem mérito de ser muito impactante nesse aspecto. As meninas e mulheres desde pequenas são destinadas a afazeres domésticos, a cuidar dos irmãos mais novos e a servir, de modo que se torna difícil de imaginar uma vida diferente daquela. O casamento que no primeiro momento pode parecer a libertação, definitivamente não se traduz em liberdade só na perpetuação daquela dominação, que apenas se torna agravada já que a partir daí além de pai e mãe entram na equação marido, sogra, sogro, filhos, etc.

Deve-se ressaltar que as possibilidades morais de liberação da opressão conjugal ainda são muito raras nas regiões pobres e atrasadas do Brasil, devido aos rígidos controles familiares que atuam sobre as mulheres. Os controles

provêm de várias figuras familiares, uma vez que a família e seus controles se ampliam no casamento, originando a família ampliada e, com isto, a extensão da dominação, isto é, muitas delas estão submetidas ao sogro, à sogra, além de ao marido e ao pai. (REGO; PINZANI, 2013, p. 28)

Portanto, a falta de soberania da mulher sobre a própria vida, sobre seu destino e do seu próprio corpo, reflete que a sujeição feminina é diferente da de classes, por exemplo. A escolha pessoal da vida que se quer viver é a base para pensar em autonomia e as mulheres, e nesse contexto de pobreza, não haveria essa perspectiva.

O próprio relato que as entrevistadas fazem sobre conseguir crédito na comunidade e no mercado local mostra um aumento de auto-estima (REGO; PINZANI, 2013a, p. 208). Assim, “o recebimento da renda monetária trouxe para muitas mulheres um elemento decisivo: a dignificação das suas pessoas como sentimento pessoal” (REGO; PINZANI, 2013a, p. 208).

Outra pergunta que fazia parte da entrevista era se elas achavam que a bolsa era um direito ou dever e também sobre o que é ser cidadã, a maioria não sabia responder ou não se percebia como membro de uma comunidade ampla e não havia esse sentimento de pertença criado a partir da percepção da bolsa (REGO; PINZANI, 2013a, p. 216).

A mulher presa pela miséria e controle masculino familiar sobre o seu destino tem no bolsa família muitas vezes o início da programação da própria vida e autonomização da sua vida moral através da percepção de renda, além de promover a percepção dos indivíduos como sendo sujeitos de direito e sujeitos participes e pertencentes de uma coletividade, que importam na sua própria humanização – isso se constata em vários depoimentos de pessoas que conseguiram melhorar a aparência, a casa, comprar mobília, comprar um colchão de verdade - mas muito ainda se precisa avançar, de todo modo essas lutas são diárias e é sempre uma construção contínua.

O impacto direto gerado na auto-estima das pessoas e da comunidade como um todo assevera que há um papel do estado de promovê-lo, pois é o instrumento de organização e gestão da vida em sociedade, não é a iniciativa privada nem o mercado. Para se pensar uma comunidade cidadã, mais justa, o pensamento estereotipado que culpa os pobres precisa ser abolido, isso vem muito pelo mito da meritocracia no qual a elite ignora já ter nascido em famílias que deram todo o suporte financeiro e emocional para que alcancem

certo nível de bem-estar e poder – o que é ridículo além de denotar total falta de empatia.

Nesse sentido, o bolsa família representa novos caminhos, cria expectativas positivas e muda a ideia de se ter pela frente um futuro sempre humilhante e resignado que gera a própria retroalimentação da pobreza pois uma vez diante desse quadro se internalizam essa imagem depreciativa de si mesmos e não se percebem como sujeitos de direitos. O bolsa família representa ainda o reconhecimento da responsabilidade institucional e de uma dívida histórica e social com essas pessoas para que através da efetivação de necessidades básicas se possa consolidar o direito a cidadania.

O fato de serem destinatárias de rendimento monetário não retirou essas mulheres da condição de pessoas pobres. Dispor de maior segurança relativamente à possibilidade de garantir alimentação à própria família, contudo, não tem um impacto meramente material, mas também psicológico. Este se dá pelo menos em dois níveis. Em um primeiro, as pessoas não precisam mais passar seu tempo pensando exclusivamente em procurar comida suficiente e podem dedicar-se a atividades (inclusive econômicas) diversificadas (...) Em um segundo nível, ganham mais autonomia ao se tornarem responsáveis pela maneira como o dinheiro da bolsa é usado (REGO; PINZANI, 2013a, p. 205)

No caso das mulheres não se trata apenas da manutenção da vida, mas ele desnaturaliza as relações patriarcais e inicia um processo de libertação das mulheres que estavam presas no controle masculino familiar. Esses são impactos reais na vida dessas famílias que se pode observar a partir de suas falas e essas janelas fazem com que o futuro não pareça já traçado, reiterando o papel das políticas estatais de justiça distributiva e transferência de renda para se livrar de um histórico machista preconceituoso e opressor.

Impõe-se, portanto, para além de recebimento de uma renda fixa, o amparo de políticas culturais específicas para quebrar o que já está enraizado em relação a mulheres, pobres, negros e erradicar o preconceito que os ronda.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Tudo que acontecia era porque as coisas são assim mesmo e não havia luta possível, para que lutar?” (LISPECTOR, 1998, p. 40). O presente trabalho revisa os relatos colhidos pelos pesquisadores no livro *Vozes do Bolsa Família* como modo de fomentar a discussão sobre desenvolvimento e o mito da

tentativa de apenas inserir as mulheres na lógica de mercado como forma de emancipá-las. Essa afirmação se pauta na constatação que a origem da opressão está no próprio sistema hegemônico, sendo assim refuta-se discursos como políticas desenvolvimentistas que buscam simplesmente a manutenção do *status quo*.

Uma política pública não depende do governante nem muda a cada 4 anos, muito menos varia conforme o público e contexto – ainda que esteja sempre em construção - pois ela expressa o projeto que se tem para o país e deve ser coerente, se adequando ao processo histórico da sociedade que se insere. As más políticas públicas também geram efeitos e esses são permanentes, alguns desequilíbrios criados como forma de atrair capital privado, por exemplo, geraram distorções que persistem e refletem nos dias atuais.

Assim, percebe-se que as falhas causadas por políticas públicas errôneas são tão graves quanto não intervir. De fato, as prioridades no período ditatorial brasileiro estavam alocadas de forma errada e precisaram ser repensadas com o processo de redemocratização. Para alguns, prevalece a ideia de que desenvolver é crescer sem parar e de forma infinita, quando muito diferente disto o que se necessita guarda maior relação em distribuir a riqueza gerada do que acumulá-la.

O crescimento econômico cega a preocupação com os aspectos socioambientais que estão sempre ali presentes e que suportam o ônus quando se prioriza esse crescimento exponencial. Mitigar/parar o crescimento não é o fim do mundo como parece. Onde alocar as prioridades se trata de uma difícil decisão no momento de elaborar políticas públicas mas que se torna uma tarefa impossível sem vislumbrar uma estratégia a longo prazo que considere a formação histórica do local, e os erros além de causarem consequências sociais graves, são permanentes.

Os países chamados desenvolvidos não utilizam a estratégia de industrializar, por exemplo, para se desenvolver e isso deveria ser indício que essas recomendações feitas aos países do Sul não trazem benefícios e bem-estar social. Em Latouche (2016)- que trata da mudança de imaginário dominante ou colonial que na grande maioria está “viciado” em crescimento – o caminho seria a saída da sociedade de consumo e o seu sistema de “emburrecimento cívico” para finalmente ficar fora do seu círculo vicioso e se

livrar das crenças do desenvolvimento e crescimento que nos foi imposta. A partir desse momento, ganham espaços não mais a expansão da produção, riqueza e lucro, mas a valoração da própria vida humana.

A mudança de certo não acontece do dia para noite, mas também nada mudará sem que se dê atenção e confronte a raiz do problema. No presente trabalho, a escolha por um diferente referencial teórico para olhar para os mesmos relatos se deu por entender que ao jogar para debaixo do tapete e não discutir a questão latente naqueles casos como luta de classes e gênero não se avança em torno da solução ou melhoria de vida. Ao não enfrentar e fugir dessas questões que são institucionalizadas em nosso país, como o machismo e o racismo, não se pode caminhar rumo a sociedade mais justa e livre que desejamos.

Para promover seu bem-estar e participação deve-se iniciar pela causa da exclusão das mulheres: o discurso do desenvolvimento e o sistema econômico vigente que desenvolve a metrópole com base da exploração da colônia, seja esta os países subdesenvolvidos ou as mulheres.

Os efeitos da pobreza somados as categorias de dominação como gênero, classe, origem étnico-cultural, orientação sexual, idade, etc. se acumulam e pesam nos ombros das mulheres. Apenas a tentativa de “incluir” as mulheres no desenvolvimento não é suficiente para livrá-las da violência, pois o que as oprime está enraizado nas estruturas. A família e o Estado patriarcal continuam a marcar as mulheres como mais afetadas na sua qualidade de vida - ou falta dela - pelo empobrecimento da sociedade.

Assim, a autonomia introduzida a partir da renda fixa ajuda a desnaturalizar estigmas e mudar paradigmas, contudo não pode ser considerado suficiente para permitir escolhas de vida ampla já que seguem inseridos no modelo capitalista e de divisão sexual do trabalho, sendo urgente seu questionamento.

Buscou-se neste artigo pensar a descolonização, despatriarcalização, e superação do capitalismo para assim libertar as mulheres. Entende-se também que esse novo imaginário deve ser livre na relação com o meio ambiente de forma harmônica. Na obra que serviu de pontapé para este trabalho, relata-se de forma breve a experiência emancipatória vivida por mulheres que tiveram na cultura local impulso para sua autonomia, o que deve ser levado para futuros projetos.

## REFERÊNCIAS

- AGNE TYBUSCH, Francielle Benini. *Biodiversidade, tecnologia e sociedade: o direito à informação ambiental sustentável como possibilidade emancipatória na proteção dos conhecimentos tradicionais*. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- ALTVATER, Elmar. Realidades possíveis na sociedade global. *Lua Nova*, São Paulo, n. 40-41, p. 5-30, ago. 1997.
- BARBERO, J. M, Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de. (Org.). *A sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- BARRAGAN, Margarita et al. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. (Org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- LATOUCHE, Serge. Descolonização do Imaginário. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos. (Org.). *Decrescimento: vocabulário para um mundo novo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- MARTINS, Evilhane Jum. *A encruzilhada sul-americana na economia dos agrotóxicos: o cenário geopolítico ambiental e as implicações no tratamento jurídico e ecológico*. Ijuí: Unijuí, 2018.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013a.
- REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do bolsa família. *Revista de Ciências Sociais Política & trabalho*, [S.l.], n. 38, p. 21-42, 2013b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Introducción: las epistemologías del Sur. In: VIANELLO, Alvise et al. (Coord.). *Formas-Otras. Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOB Ediciones, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: Transformando o campo*, as

florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Data de Submissão: 05/02/2019, Data de Aprovação: 07/03/2019

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO

TYBUSCH, Francielle Benini Agne; ALMEIDA, Nathália Tavares de Souza; MARTINS, Evilhane Jum. Vozes do bolsa família: a liberdade e subjetividade das mulheres a partir de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, Guanambi, BA, v. 5, n. 2, p. 226-247, jul./dez. 2018. doi: <https://doi.org/10.29293/rdfg.v5i2.240>. Disponível em: <http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/240>. Acesso em: dia mês. Ano.